

Arquivado

Documento Nº

2011.03629.2022



PREFEITURA MUNICIPAL PORTO GRANDE

Estado de AMAPÁ

PROCESSO DA DESPESA

SubEmpenho Nº 50200/ 3

NOME MARCOS JOSE DO NASCIMENTO 91174309253

ASSUNTO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE DE MÍDIA EM
PROGRAMA JORNALÍSTICO EM UMA RÁDIO LOCAL, COM FINALIDADE
DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE,
CONFORME O CONTRATO Nº 084/PMPG/GABINETE.
REFERENTE A JUNHO DE 2022.

REQUISIÇÃO _____

DOTAÇÃO 11 PODER EXECUTIVO
110201 Gabinete do Prefeito - GAB
04.122.0052.2003.00 Manutenção das Atividade do Gabinete do Prefeito
3.3.90.39.88 SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Valor do Empenho	Liquidado Até Data	Saldo Anterior	Valor Liquidado	Saldo a Liquidar
17.500,00	5.000,00	12.500,00	2.500,00	10.000,00

Data Vencimento 30/12/2022



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Porto Grande

PROTOCOLO GERAL

Processo nº 2021.03629.2022

Data. 06/07/2022

ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE-AP

GABINETE DO PREFEITO

Hora de Entrada

10:07

Assinatura do Funcionário

Ofício Nº 590/2022-GAB/PMPG

Porto Grande-AP, 06 de julho de 2022.

A Sua Senhoria

Valberval Ferreira Silva

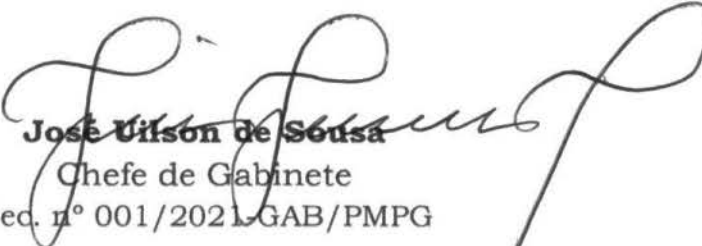
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças-SEMPLAFIN

Senhor Secretário,

Cumprimentando Vossa Senhoria, venho por meio deste, solicitar pagamento do Senhor **Marcos José do Nascimento**, CNPJ 414.718.477/0001-88 referente aos serviços de elaboração de conteúdo jornalístico em uma Rádio Local, referente ao mês de **junho** do ano corrente, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Segue nota fiscal nº 21 em anexo.

Atenciosamente,


José Wilson de Sousa
Chefe de Gabinete
Dec. nº 001/2021-GAB/PMPG



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2022-GAB/PMPG
COM BASE NO ART. 24, II DA LEI 8.666/93 ALTERADO PELO DECRETO Nº 9.412/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2001.0925.2022**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE PUBLICIDADE DE MÍDIA EM PROGRAMA JORNALÍSTICO EM RÁDIO LOCAL, COM FINALIDADE DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE/AP, conforme especificações constantes neste termo.

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR
PREÇO E ESCOLHA**

1 – DA JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DO OBJETO

Trata os presentes autos deste procedimento que tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE PUBLICIDADE DE MÍDIA EM PROGRAMA JORNALÍSTICO EM RÁDIO LOCAL, COM FINALIDADE DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE/AP**, a referida solicitação justifica-se devido a necessidade de publicidade desta administração.

2 - DA PESQUISA DE PREÇOS

Ressalta-se que consta nos autos, proposta de preços de mercado das empresas: **MARCOS JOSE DO NASCIMENTO 91174309253, CNPJ: 41.718.447/0001-88, SISTEMA BANCO DE PREÇO**, no qual evidencia qual das propostas a ser contratada futuramente.

3– DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

O objeto referido nos autos deste processo encontra-se adequado á:

FONTE DO RECURSO: 001.001 – RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO
UNIDADE EXECUTORA: 141201 – GABINETE DO PREFEITO - GAB
PROGRAMA DE TRABALHO: 04.122.0052.2003.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

4 – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Os serviços e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

"Art. 24 É dispensável a licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; "

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

5 – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA E NÃO OCORRÊNCIA DE FRAGMENTAÇÃO

Diz o art. 26 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo único:

Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;*
- II – razão da escolha do fornecedor ou executante;*
- III – justificativa do preço;*
- IV – documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os*



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

geral, e o meio de feri-lo está em juntar aos autos do respectivo processo as propostas e as devidas justificativas dos autos.

A despeito desta assertiva, o TCU já se manifestou:

"adotar como regra a realização de coleta de preços nas contratações de serviço e compras dispensadas de licitação com fundamento no art. 24, inciso II, da lei n. 8.666/93" (Decisão nº 678/95-TCU-Plenário, Rel. Min. Lincoln Magalhães da Rocha. DOU de 28. 12.95, pág. 22.603).

"Proceda, quando da realização de licitação, dispensa ou inexigibilidade, à consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, e art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório (...)." Acórdão 1705/2003 Plenário.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a Dispensa de Licitação.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que todos os preços estão parcialmente compatíveis com a realidade do mercado em se tratando serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios, todavia, solicitamos que o órgão demandante insira nos autos do processo as cotações dos itens que estão descobertos das cotações, ou justifique a não apresentação das mesmas.

9 – DA PROPOSTA VENCEDORA

Conforme o item 7 deste termo, o proponente escolhido neste processo para sacramentar a aquisição do serviço pretendido foi:

- **MARCOS JOSE DO NASCIMENTO 91174309253, CNPJ: 41.718.447/0001-88, situada na RUA BRASIL, Nº 666, BAIRRO COPALMA, PORTO GRANDE/AP, no valor de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), com base no menor valor praticado no mercado.**

10 – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 27 da Lei 8.666/93. Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos artigos 28 a 31, conforme estabelecido no § 1º do art. 32 da Lei 8.666/93.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

"Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de:

Certidão Negativa de Débito (INSS – art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991);

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e

Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990) Acórdão 260/2002 Plenário.



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

Resta deixar consignado que a contratada deve demonstrar habilmente sua regularidade fiscal, conforme acima exposto, como também a verificação de serviços já realizados e o que vierem a ser realizados do mesmo objeto, a fim de evitar o fracionamento de despesas por parte da administração.

11 – DA CARTA CONTRATO/MINUTA

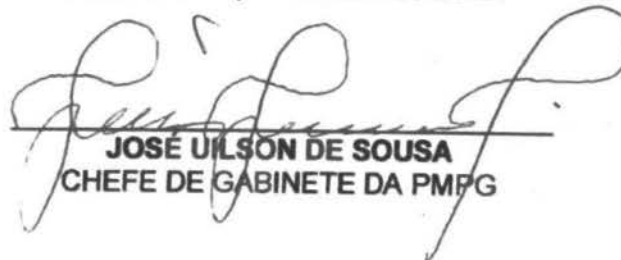
Visando instruir a Dispensa de Licitação do Processo Administrativo em epígrafe, definindo claramente as obrigações das partes, esta prefeitura, sugere juntar aos autos a Carta Contrato, Contrato ou Nota de Empenho.

12 – DA CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida proponente, relativamente ao fornecimento do serviço em questão após profunda análise deste termo.

Porto Grande, 01 de abril de 2022.


JOSE UILSON DE SOUSA
CHEFE DE GABINETE DA PMPG



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 34.925.206/0001-44

ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE
PUBLICADO NO MURAL DA PMPG/CÂMARA, NOS
TERMOS DO ART. 24, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.
EM: 01/04/2022

José Uilson de Sousa
Chefe de Gabinete
Dec. 001/2021-GAB/PMPG

CONTRATO Nº 084/PMPG/PAGAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE MÍDIA EM PROGRAMA JORNALÍSTICO EM UMA RÁDIO LOCAL, COM FINALIDADE DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ (MF) 34.925.206/0001-44, situada no Estado do Amapá, localizada no endereço: Rodoviária Perimetral Norte S/N – Centro, sob o CEP 68997-000.

CONTRATADO: MARCOS JOSÉ DO NASCIMENTO, pessoa jurídica, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG. nº 131114 2ª Via – POLITEC e inscrito no CNPJ nº 414.718.477/0001-88, residente e domiciliado na Rua Brasil, 666 - Copalma, sob o CEP 68997-000, Porto Grande – AP;

Pelo presente instrumento particular oriundo do termo de dispensa de licitação nº 002/2022- GAB/PMPG, Processo Administrativo 2001.01610.2022 para prestação de serviços de profissional para serviço de publicidade de mídia em programa jornalístico em uma rádio local, com finalidade de divulgação das ações no município de Porto Grande, têm entre si justos e acordados quanto segue:

Fonte do Recurso: 001.001- Recursos Próprios do Município

Unidade Executora: 141201- Gabinete do Prefeito – GAB

Programa de Trabalho: 04.122.0052.2003.0000 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

DO OBJETIVO DO CONTRATO

CLÁUSULA 1ª: O presente instrumento tem como objeto, a prestação de serviços de publicidade de mídia em programa jornalístico em uma rádio local, com finalidade de divulgação das ações no município de Porto Grande, sob pena de ser considerado extinto o presente instrumento.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 34.925.206/0001-44

CLÁUSULA 2ª: O contratado executará os serviços diretamente ao contratante.

DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA 3ª: O contratado prestará os seguintes serviços de acompanhamento, aprovação, execução e prestação de contas dos convênios firmados pela Prefeitura, entre outros que se fizerem necessários.

Da Remuneração:

CLÁUSULA 4ª: O contratado receberá o valor integral mensal, a título dos serviços descritos na cláusula anterior, pagos pela Contratante, no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos Reais) que se referem aos serviços executados.

Parágrafo Único: O valor total do contrato é de R\$ 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais) referente aos meses de abril a outubro de 2022.

CLÁUSULA 5ª: Fica estabelecido que são obrigações da Contratante:

- a) Efetuar o pagamento de acordo com estabelecido na cláusula terceira do presente contrato;
- b) Fornecer para o Contratado, cópias dos contratos efetivamente realizados.
- c) Fornecer ao contratado materiais e informações indispensáveis aos seus serviços facilitando a prospecção dos trabalhos;
- d) Fica vedado ao contratante negociar abatimentos, descontos ou dilações de prazo para o pagamento e execução dos serviços, sem o prévio conhecimento e autorização do contratado.

CLÁUSULA 6ª: Fica estabelecido as seguintes obrigações do Contratado:

- a) Cumprir o estipulado nos termos do presente instrumento contratual;
- b) Obedecer às instruções da contratante, sob os termos dos serviços a serem prestados aos clientes;
- c) Prestar informações a contratante, sempre que está lhe solicitar, informações sobre a execução de seus serviços e demais detalhes sobre a execução de suas atividades;
- d) Não revelar detalhes de suas atividades a terceiros, bem como, informações.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 34.925.206/0001-44

- a) Desidia do contratado no cumprimento das obrigações assumidas para com o contratante e terceiros;
- b) Praticar atos, que atinjam a imagem institucional da contratante.
- c) Deixar de cumprir o contratado, qualquer das cláusulas dispostas no presente instrumento.

CLÁUSULA 8ª: São motivos para que o Contratado rescinda o presente instrumento:

- a) Solicitar a Contratante, atividade que exceda o préstito neste instrumento de contrato;
- b) Deixar a contratante de observar quaisquer obrigações que conste no presente contrato;
- c) Deixar a contratante de cumprir com o disposto na cláusula terceira deste contrato;
- d) Por motivos de forças maior.

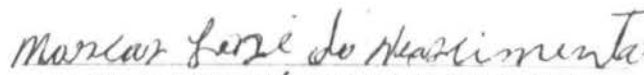
DO FORO

CLÁUSULA 9ª: As partes elegem o Foro desta de Porto Grande, para dirimir judicialmente as controvérsias inerentes do presente contrato.

E, assim por estarem justos e contratados assinam o presente, em 2 (duas) vias de igual forma, teor, na presença das testemunhas abaixo:

Porto Grande – AP, 01 de abril de 2022.


JOSÉ MARIA BESSA DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL


MARCOS JOSÉ DO NASCIMENTO
CONTRATADO



COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ
Av. Padre João Maria Lourenço 1000 - Santa Rita - Macapá - AP
CNPJ 07.945.242/0001-00 Insc. Estadual 01002991-0
Nota Fiscal e Conta de Energia Elétrica - Sem E-1
Regime especial de suspensão autorizado pela SEFAZ/AP/RR

Para consultar
o status da entrega,
digite o número



A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE instituída
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

NOTA FISCAL 12879669
DATA DE EMISSÃO: 20/06/2022

Conta de Mês
JUN/2022

Vencimento
06/07/2022

Consumo (kWh)
613

Total a Pagar (R\$)
927,78

ANTONIO PEREIRA BATISTA
AV MARIO CRUZ 950 - PALMEIRAS
CPF: **2.530.***-**
CEP: 68.997-000 - PORTO GRANDE

R: 313.017.13.04.001880

Dados da Leitura		kWh	FCAM*	Datas da Leitura	
Atual		38318		Atual	21/06/2022
Anterior		37705		Anterior	20/05/2022
Constante de Multiplicação		1,000		Próxima Leitura	20/07/2022
Consumo Medido		613		Cur. Anterior	20/06/2022
Consumo Faturado		613		Apresentação	32
Forma de Faturamento:	NORMAL			Dias de Consumo	
Classe/Subclasse:				Media 12 meses:	729
Tensão/Modalidade Tarifária:				Poste:	
Itens de Fatura					
CONSUMO (kWh)					
CONT. ILU. P.B. MUNICIPAL (COTR)					
INTELLIGÊNCIA DE DEDITO DE US					

Dados da Unidade Consumidora		Tarifa		Trib.		Valor	
Medidor:	183601390	Preço	Taxa	PIS	COFINS	ICMS	Valor
		Unit (R\$)	Unit (R\$)	(%)	(%)	(%)	(R\$)
		Contrib.	Contrib.				
613	0.671836	0.559810	2.01	10.00			411.83
							34.05
							491.70

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ

POLÍCIA TÉCNICA DE IDENTIFICAÇÃO

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

P14



marcos José do Nascimento

AMAPÁ - BRASIL

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA



Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
911.743.092-53

Nome
MARCOS JOSÉ DO NASCIMENTO

Nascimento
11/09/1971

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 131114 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 29/11/2020

NOME
MARCOS JOSÉ DO NASCIMENTO

FILIAÇÃO
MARTA DO NASCIMENTO SERRA

NATURALIDADE
PORTO DE MOZ-PA DATA DE NASCIMENTO 11/09/1971

DOC. ORIGEM NAS. 9036 LIV. 11-A FLS. 76, Cartorio Murici
teixeira, PORTO GRANDE-AP, 02/05/2000

CPF 911.743.092-53

ASSINATURA DO DIRETOR
José Raimundo de A. Lima
Diretor - DTC - POLITEC/1597310-1089226/14

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CÓDIGO DE CONTROLE
2159.EA2C.8243.323B

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 11:14:59 do dia 15/04/2014 (hora e data de Brasília)

digito verificador: 00



PM DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e



Número da NFS-e
21
Código de Verificação de Autenticidade
91CH9PYM1
Data e Hora de Emissão da NFS-e
05/07/2022 às 11:01:11
Chave de Acesso
18605G5EVS1911KNNU716FUMK6OQSYIU

Informações Fiscais

Exigibilidade do ISS Exigível	Número do Processo	Município de Incidência do ISS PORTO GRANDE-AP	Local da Prestação PORTO GRANDE - AP
Número do RPS	Série do RPS	Tipo do RPS	Data do RPS 05/07/2022
Optante Simples Nacional 2 - Não	Incentivo Fiscal 2 - Não	Regime Especial Tributação Não Possui	Tipo ISS 03 - Sobre Faturamento

Para certificação da autenticidade acesse
<http://tributosmunicipais.net:8100/issweb>,
 menu consultas e informe os dados desta
 NFS-e.

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ
41.718.447/0001-88
 RG/Inscrição Estadual
120499
 Inscrição Municipal
005721
 Cadastro
MARCOS JOSE DO NASCIMENTO 91174309253
 Logradouro
RUA BRASIL, 666
 Complemento
COPALMA
 CEP
68997-000
 Cidade
PORTO GRANDE-AP
 Bairro
COPALMA
 E-mail

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ/Documento
3/ 206/0001-44
 RG/Inscrição Estadual
120499
 Inscrição Municipal
005721
 Nome/Razão Social
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE
 Logradouro
AV PERIMETRAL NORTE, SN
 Complemento
CENTRO
 CEP/Cod.Postal
68900-000
 Cidade/País
PORTO GRANDE - AP
 Cod. IBGE
1600535
 Telefone
1600535
 E-mail

Discriminação dos Serviços

Qtde.	Un. Medida	Descrição	Vir. Unitário	Total
1,00	UN	SERVIÇOS PRESTADO COM DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA NO MES DE JUNHO DE 2022	2.500,00	R\$ 2.500,00

**CERTIFICO que os serviços
 constantes nesta nota fiscal
 foram executados.**

Em 05/07/22

Assinatura

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS

LC 116/2003: 99,99	Alíquota	Atividade Município	Código CNAE	Código da Obra	Código ART
Outros Serviços	5,00%	99999999999999			
Valor Total dos Serviços	Desconto Incondicionado	Deduções Base Cálculo	Base de Cálculo	Total do ISS	ISS Retido
R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.500,00	R\$ 125,00	2 - Não
					R\$ 0,00

Retenções de Impostos

PIS	COFINS	INSS	IRRF	CSLL	Outras Retenções
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Valor Líquido da NFS-e: **R\$ 2.500,00**

Val. Aprox. Tributos:

Informações Complementares

RECEBI(EMOS) DE **MARCOS JOSE DO NASCIMENTO 91174309253** O SERVIÇO CONSTANTE DA NFS-e DE NÚMERO **21** E CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO **91CH9PYM1**.

Data

CPF/RG

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE

PERIMETRAL NORTE, Nº SN - CENTRO

CNPJ: 34925206000144

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

RANGEL DO NASCIMENTO DE ARAUJO, LANÇADOR da prefeitura Municipal de PORTO GRANDE, a requerimento da pessoa interessada MARCOS JOSE DO NASCIMENTO 91174309253, CERTIFICA, para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos com os cofres públicos municipais até a presente data, tendo a presente CERTIDÃO validade até o dia 01/08/2022, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituídos anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

Cadastro:	005721	RG/Inscr. Estadual:	
Contribuinte:	MARCOS JOSE DO NASCIMENTO 91174309253	CPF/CNPJ:	41718447000188
Endereço:	RUA BRASIL, 666	Complem:	
Bairro:	COPALMA	CEP:	68997000
Cidade:	PORTO GRANDE-AP		

ATENÇÃO: Esta certidão é valida somente com autenticação mecânica ou acompanhada de comprovante de pagamento.

Emissão: **03/05/2022 11:17:25** Validade: **01/08/2022** Usuário: **RENER**
Número/Controle da Certidão: **E3E18178AA03D5B9**



RANGEL DO NASCIMENTO DE ARAUJO
LANÇADOR
Responsável

PREFEITURA MUNIC DE PORTO GRAND				NOTA DE LIQUIDAÇÃO																	
ROD PERIMETRAL NORTE S/N 34925206/0001-44				502004 / 3																	
NOTA DE LIQUIDAÇÃO Nº 3		FICHA: 28	DATA: 05/07/2022		REQUISIÇÃO Nº:																
LICITAÇÃO: DISPENSA (ART. 24)			DOCUMENTO:		VENCIMENTO: 30/12/2022																
NOME: MARCOS JOSE DO NASCIMENTO 91174309253 ENDEREÇO: R BRASIL			41.718.447/0001-88 PORTO GRANDE		CÓDIGO: 3955																
DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE DE MÍDIA EM PROGRAMA JORNALÍSTICO EM UMA RÁDIO LOCAL, COM FINALIDADE DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE, CONFORME O CONTRATO N° 084/PMPG/GABINETE. REFERENTE A JUNHO DE 2022.					VALOR TOTAL Liquido 2.500,00 Desconto																
GL					SOMA																
					2.500,00																
CÓDIGO		CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA EMPENHADA																			
11 11 02 01 3.3.90.39.88 04.122.0052.2003.0000		PODER EXECUTIVO Gabinete do Prefeito - GAB SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA Manutenção das Atividade do Gabinete do Prefeito																			
VALOR DO EMPENHO		LIQUIDADO ATÉ A DATA		VALOR DESTA LIQUIDAÇÃO																	
17.500,00		7.500,00		2.500,00																	
				10.000,00																	
VALOR A SER PAGO R\$		2.500,00 dois mil e quinhentos reais *****																			
SUBEMPENHO AUTORIZADO EM 05/07/2022																					
A DESPESA REFERENTE A ESTE SUBEMPENHO, FOI DEVIDAMENTE PROCESSADA, ENCONTRANDO-SE EM ORDEM PARA PAGAMENTO.																					
DATA _____		_____ José Maria Bessa de Olive. Prefeito Mun. Porto Grand CPF: 260.632.802-7																			
CONTABILIZADO _____ DATA _____		_____ Mauro Sérgio Souza da Gama Contador RQ / AR 002583/O-6 _____ CONTADOR		ORDEM DE PAGAMENTO. PAGUE-SE: _____ DATA _____ ORDENADOR DA DESPESA																	
DESPESA PAGA EM _____				RECIBO																	
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 15%;">BANCO</td> <td style="width: 15%;">CONTA</td> <td style="width: 15%;">CHEQUE</td> <td style="width: 15%;">VALOR</td> </tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table>				BANCO	CONTA	CHEQUE	VALOR													RECEBI(EMOS) O VALOR CONSTANTE DESTES SUBEMPENHO. _____ NOME: CNPJ/CPF:	
BANCO	CONTA	CHEQUE	VALOR																		



PREFEITURA MUNIC DE PORTO GRAND

34925206/0001-44

ROD PERIMETRAL NORTE S/N

PARCELA P/ PAGAMENTO EMP/LIQ/PARC 502004 / 3 / 3 Processo: 2001.01610.2022

Ficha 28 Data 05/07/2022 Requi Venci 30/12/2022

Licitação DISPENSA (ART. 24) Nº Doc

Fornecedor MARCOS JOSE DO NASCIMENTO 91174309253 41.718.447/0001-88 Cod 3955

Endereço R BRASIL 666 PORTO GRANDE 68997-000

Recurso/Aplicação

500 Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Correntes)

1 Recursos do Exercício Corrente

0 Recursos não Destinados a Contrapartida

001 Ordinário

001 Recursos Próprios do Município

Material/Serviço

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE DE MÍDIA EM PROGRAMA JORNALÍSTICO EM UMA RÁDIO LOCAL, COM FINALIDADE DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE, CONFORME O CONTRATO Nº 084/PMPG/GABINETE. REFERENTE A JUNHO DE 2022.

GL
11.02.01 PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito - GAB
3.3.90.39.88 SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA
04.122.0052.2003.0000 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

Valor do Empenho	Valor da Liquidação	Parc até Data	Valor Parcelado	Saldo
17.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	0,00

2.500,00 dois mil e quinhentos reais *****

Autorizado

05/07/2022

José Maria Bessa de Oliveira
Prefeito Mun. Porto Grande
CPF: 260.632.802-78

JOSE MARIA BESSA
PREFEITO

Contabilizado

05/07/2022

Mauro Sérgio Souza da Gama
Contador
CRC / AP 002583/O-6/AP

MAURO SERGIO SOUZA DA GAMA
CONTADOR - CRC: 002583/O-6/AP

A DESPESA REFERENTE A ESTE EMPENHO, FOI DEVIDAMENTE PROCESSADA, ENCONTRANDO-SE EM ORDEM PARA PAGAMENTO.

Data 05/07/2022

Ordem de Pagamento

Data 08/07/2022

Despesa Paga. 08/07/2022

Banco _____ Conta _____ Cheque _____ Valor: 2.500,00

Banco _____ Conta _____ Cheque _____ Valor: _____

RECIBO. Recebi(emos) o valor constante deste empenho.

____/____/____

Nome: _____

CGC/CPF: _____

**PREFEITURA MUNIC DE PORTO GRAND**

ROD PERIMETRAL NORTE S/N

34925206/0001-44

Exercício: 2022

ORDEM DE PAGAMENTO

Page 1

ORDEM DE PAGAMENTO 01605

DATA: 08/07/2022 VENCTO:30/12/2022 PAGTO: 08/07/2022
Credor...: MARCOS JOSE DO NASCIMENTO 911743 CNPJ: 41.718.447/0001-88 Cod: 3955
Endereço: R BRASIL
Cidade...: PORTO GRANDE CEP: 68997-000

Discriminação...:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE DE MÍDIA EM PROGRAMA JORNALÍSTICO EM UMA
RÁDIO LOCAL, COM FINALIDADE DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES NO MUNICÍPIO DE PORTO GR
ANDE, CONFORME O CONTRATO N° 084/PMPG/GABINETE.

Valor 2.500,00

(dois mil e quinhentos reais) * * * * *
* * * * *
* * * * *

Despesa Bruta: R\$ 2.500,00

EMP/SUB	N.	LOCAL	FUNCIONAL	NATUREZA	VALOR	ANULAÇÃO	DESCONTO	LÍQUIDO	
50200	/ 3	GL	110201	04.122.0052.2003.0000	3.3.90.39.00	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.500,00
TOTAL					R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.500,00	

Despesa Líquida: R\$ 2.500,00

ORDEM DE PAGAMENTO

José Maria Bessa de Oliveira
Prefeito Mun. Porto Grande
CPF 260.632.802-78

PAGUE-SE __/__/__

PREFEITO

Pagamento efetuado com o(s) seguinte(s) Recurso(s):

Banco	Conta	Cheque	Valor R\$
001	5200		2.500,00
TOTAL. . .			R\$ 2.500,00

Despesa paga em 08/07/2022 Com os recursos acima discriminados

TESOUREIRO

RECIBO: Recebi (emos) o valor constante desse(s) Empenho(s)

__/__/__

Ass: _____

Nome: _____

CGC/CPF: _____



Emissão de comprovantes

G3350308351671991
03/08/2022 08:40:58

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
03/08/2022 - AUTOATENDIMENTO - 08.40.58
3990X03990 SEGUNDA VIA 0001

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

COMPROVANTE DE

TED - TRANSFERENCIA ELETRONICA DISPONIVEL

CLIENTE: RECURSO PROPRIO

AGENCIA: 3990-X CONTA: 5.200-0

=====

FINALIDADE: 01 CREDITO EM CONTA

REMETENTE : RECURSO PROPRIO

BANCO: 237 - BCO BRADESCO S.A.

AGENCIA: 0990-3 - SANTANA

CONTA: 34.613-6

FAVORECIDO: MARCOS JOSE DO NASCIMENTO 911743092

CPF/CNPJ: 41.718.447/0001-88

VALOR: R\$ 2.500,00

DEBITO EM: 08/07/2022

=====

DOCUMENTO: 070804

AUTENTICACAO SISBB: C.838.FDA.B0D.838.A96

Transação efetuada com sucesso por: JD226335 RENATA BARBOSA CARDOSO.